

CFF e CFM unidos pelo controle das prescrições



Secretária-Geral do CFF,-- Lérica Vieira: "A Resolução conjunta possibilitará o compartilhamento de informações e deve, ainda, minimizar o sofrimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)

A Secretária-Geral do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Lérica Vieira, acompanhada do Consultor Jurídico da entidade, Antônio César Júnior, reuniu-se com a Comissão do Ato Médico do Conselho Federal de Medicina, na sede do CFM, em Brasília, no dia 16 de outubro de 2008, para elaborar uma proposta de Resolução conjunta das duas entidades. A norma vai tratar de questões comuns à Farmácia e à Medicina no que diz respeito à prescrição e dispensação de medicamentos, em farmácias com manipulação.

"O objetivo é pacificar e possibilitar o controle das prescrições médicas e o aviamento das receitas, respeitada a autonomia das duas profissões", afirma o Conselheiro Regional de Medicina de

Alagoas e membro da Comissão do Ato Médico, Emmanuel Fortes. Segundo ele, a Resolução, também, irá tratar da responsabilidade dos médicos perante o que prescrevem, buscando um compartilhamento de informações relativas aos medicamentos, bem como o controle médico e farmacêutico do aviamento de prescrições de longa duração a pacientes crônicos.

MINIMIZAR O SOFRIMENTO DOS PACIENTES - Para Lérica Vieira, Secretária-Geral do CFF, a Resolução conjunta possibilitará o compartilhamento de informações e deve, ainda, minimizar o sofrimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). "Não é justo que pacientes crônicos tenham que marcar retorno a médi-



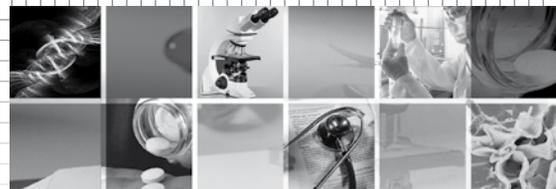
cos, todos os meses, para revalidar a prescrição. Com esta nova Resolução, o farmacêutico terá a possibilidade de acompanhar e prestar assistência farmacêutica, por meses. Terá, ainda, a autoridade para revalidar a prescrição e, sempre que necessário, encaminhará o paciente ao médico", completou a dirigente do CFF.

Plenário do CFF votará proposta de Resolução que aprova referência de exames em laboratórios de análises clínicas

A Comissão de Análises Clínicas e a Câmara Técnica de Honorários Profissionais do Conselho Federal de Farmácia (CFF) elaboraram, e levarão a Plenário do CFF para votação, em novembro de 2008, a proposta de Resolução que aprova a referência de exames em laboratórios clínicos sob a responsabilidade técnica de farmacêuticos-bioquímicos. De acordo com a proposta, as referências dos exames correspondem aos valores mínimos que devem ser praticados pelos laboratórios clínicos, a partir de 2009, exceto para o SUS (Sistema Único de Saúde) e previdências estaduais e municipais.



VÁRIAS



Farmacêuticos-bioquímicos José Gildo da Silva, Roberto Chaves, Getúlio Vale, Marcos Machado, Lenira da Silva Costa, Luiz Arno Lauer, Carlos Ayres, Luiz Fernando Barcelos e Jerolino Lopes Aquino, integrantes da Comissão de Análises Clínicas e da Câmara Técnica de Honorários Profissionais

Segundo a proposta, os preços éticos dos exames laboratoriais têm o objetivo de estabelecer e manter a justa remuneração dos exames e serviços laboratoriais; salvaguardar a dignidade da profissão farmacêutica; promover a elevação do relacionamento entre os farmacêuticos-bioquímicos e destes com os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia, e dispor das condições para eliminar ou reduzir “o aviltamento da profissão farmacêutica” em

que pese a questão da remuneração dos laboratórios.

A Presidente da Comissão de Análises Clínicas do CFF e Conselheira Federal pelo Rio Grande do Norte, Lenira da Silva Costa, explica que as referências foram obtidas, por meio de estudos e informações levantados por profissionais, que levaram em consideração a inexistência de valores éticos para os exames laboratoriais.

“Já estive, em várias capitais, levando a proposta e dando amplo

conhecimento aos laboratórios, pois é importante que todos conheçam e participem da construção desta Referência”, informou a Dra. Lenira. Ela explica, ainda, que os integrantes da Câmara Técnica de Honorários Profissionais que auxiliaram na elaboração da proposta foram nomeados, durante o Fórum Ético Legal de Análises Clínicas, realizado pelo Conselho Federal de Farmácia, em 2007.

A Comissão de Análises Clínicas é formada pelos farmacêuticos Lenira da Silva Costa (RN), José Gildo da Silva (AL), Jerolino Lopes Aquino (MT) e Luiz Arno Lauer (RS). Já a Câmara Técnica reúne os farmacêuticos Luiz Fernando Barcelos, representante do Sindicato dos Laboratórios do Rio Grande do Sul; Carlos Ayres, representante do Sindicato dos Laboratórios do Paraná; Getúlio Vale (RN); Humberto Tibúrcio (MG); Marcos Machado (SP) e Roberto Chaves (RN).

Para conhecer a proposta e enviar sugestões, acesse www.cff.org.br.

Pela jornalista Veruska Narikawa, da Assessoria de Imprensa do CFF

PÓS-GRADUAÇÃO 2008/2

DESTAQUE-SE! FAÇA PÓS NA ESFA



**Escola Superior
São Francisco de Assis**

Rua Bernardino Monteiro, 700 - CEP 29650-000
Dois pinheiros - Santa Teresa/ES

MATRÍCULAS ABERTAS!

CURSOS:

- **Farmácia Hospitalar**
- **Farmacologia Clínica – 3ª turma**

Vagas: 40 vagas por turma

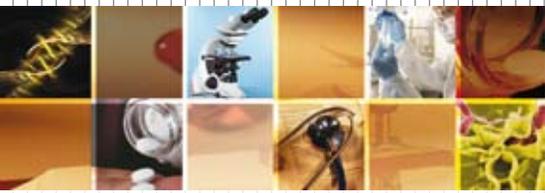
Funcionamento: quinzenal, aos sábados de 8h às 18h

Duração: 18 meses

Início: Novembro de 2008

- **Desconto para ex-alunos da Instituição**
- **Desconto para Funcionários Públicos e dependentes**

(27)3259-3997 | www.esfa.edu.br



CFF promove debate sobre atuação farmacêutica na área de Alimentos

O Conselho Federal de Farmácia (CFF), em parceria com o Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás (CRF/GO), realizou, nos dias 20 e 21 de outubro, na Universidade Federal de Goiás (UFG), o **Encontro Regional de Professores e Profissionais Farmacêuticos da Área de Alimentos**. “Esclarecer e alertar alunos e professores sobre as possibilidades de atuação na área de Alimentos é o grande objetivo do Encontro”, afirmou Nara Luiza de Oliveira, Presidente do CRF/GO.



Presidente do CRF-GO, Nara Luiza, observa que muitos estudantes e até professores não reconhecem as possibilidades de atuação profissional na área de Alimentos.

Nara Luiza observou que muitos estudantes, e até mesmo professores, não conhecem as possibilidades de atuação profissional nessa área. Segundo ela, a realização do Encontro fortalece a profissão. “É a oportunidade de se unir conhecimentos em favor do crescimento da Farmácia”, completou a Presidente do Regional de Goiás.

DEBATE - O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos enfatizou que o Encontro foi oportuno, porque trouxe ao debate uma área importante da profissão farmacêutica, fato que gera idéias e resulta no crescimento da Farmácia. Para o evento, o CFF levou a sua Comissão de Alimentos e Nutrição que, em conjunto com a Comissão de Ensino do CRF/GO, professores e profissionais, discutiram formas



Presidentes do CFF, Jaldo de Souza Santos, enfatizou que o Encontro foi oportuno, porque trouxe ao debate uma área importante da profissão farmacêutica, fato que gera idéias e resulta no crescimento da Farmácia.

de expansão da área de Alimentos dentro da grade curricular dos cursos de graduação, na região Centro-Oeste e em todo o País.

“É preciso esclarecer aos alunos que a Farmácia é muito maior que cada uma das especialidades, como a Farmácia Comunitária, as Análises Clínicas ou a Indústria. Hoje, há mais de 70 diferentes áreas de atuação do farmacêutico, entre elas, as de Alimentos e Nutrição”, disse Souza Santos.



Coordenadora do Curso de Farmácia da UFG, professora Clévia Ferreira Duarte Garrote: “O Encontro foi de extrema importância para os professores”

Atualmente, o curso de Farmácia da UFG oferece a disciplina de Alimentos em 190 horas-aula obrigató-

rias e 520 horas-aula optativas. Para a Coordenadora do Curso, professora Clévia Ferreira Duarte Garrote, o Encontro foi de extrema importância para os professores. “São eles os responsáveis por repassar as competências e habilidades da profissão aos acadêmicos. Só depois do Encontro, vamos retomar a discussão sobre ampliar, ou manter a carga horária para a área de Alimentos do curso de Farmácia da UFG”, afirma a Coordenadora.

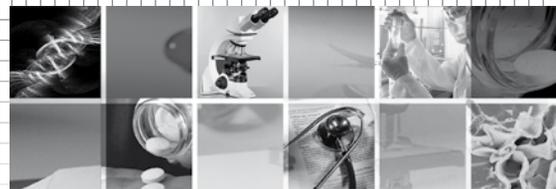
Para Magali Demoner Bermond, Conselheira Federal de Farmácia pelo Espírito Santo e integrante da Comissão de Alimentos e Nutrição do CFF, o Encontro com professores, profissionais e estudantes tem três principais objetivos: fortalecer o ensino da área de Alimentos; discutir a regulamentação da área junto ao Conselho Federal e debater as responsabilidades e perspecti-



Farmacêuticos Magali Demoner Bermond (ES), Maria José Roncada (SP) e Jurandir Auad Beltrão (PA), integrantes da Comissão de Alimentos

vas para profissionais e educadores.

PÓS-GRADUAÇÃO - “Daqui, sairá uma proposta de criação de um curso de pós-graduação na área de Alimentos para a região, que deve ser o primeiro de muitos que virão pelo País afora”, finalizou Magali Demoner. A Comissão de Alimentos e Nutrição do CFF é composta pelos farmacêuticos Edson Figueira (DF), Jurandir Auad Beltrão (PA), Maria José Roncada (SP) e Magali Demoner Bermond (ES).



Presidente destaca a participação do CFF no crescimento da profissão farmacêutica



O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, diz a acadêmicos de Farmácia e professores da UniEvangélica, em Anápolis (GO), que só a qualificação prepara o farmacêutico para a expansão e a diversificação do mercado e as novas exigências da sociedade

A participação efetiva do Conselho Federal de Farmácia (CFF) no crescimento da profissão farmacêutica foi o tema do discurso proferido pelo Presidente do órgão, Jaldo de Souza Santos, na abertura do **4º Simpósio sobre Estudos Farmacêuticos da UniEvangélica**, realizado, em Anápolis (GO), de 20 a 22 de outubro de 2008. Ele se dirigiu a estudantes da graduação e da pós-graduação, professores e profissionais da área de saúde e falou da atuação do CFF junto aos coordenadores de cursos de Farmácia, com vistas a que garantam a formação generalista.

A formação generalista é uma mudança estabelecida pelas Diretrizes Curriculares, adotadas pelo Ministério da Educação, em 2002,

fruto de um amplo debate desencadeado pelo Conselho Federal de Farmácia.

Souza Santos voltou a insistir na necessidade de qualificação, por meio de cursos de especialização ou de pós-graduação, e frisou que só a qualificação prepara o profissional para acompanhar a expansão e a diversificação da atividade farmacêutica que, hoje, chegou a mais de 70 campos de atuação. “Há uma demanda nova por parte do mercado, e os farmacêuticos precisam estar preparados para ela”, acrescentou.

O evento, que teve como tema central os “Avanços na profissão farmacêutica”, foi realizado, no Auditório do Bloco F, Salão Nobre Richard Edward Senn, da UniEvangélica, em Anápolis.

ADAPTAÇÃO AO MERCADO

- Para o farmacêutico e químico Fernando Honorato, professor de Físico-Química da Faculdade de Farmácia da Unievangélica e da UEG (Universidade Estadual de Goiás), as palestras, mesas-redondas e grupos de trabalho levaram estudantes e educadores a refletir sobre como a Academia pode se adaptar à realidade do mercado, levando em consideração a saúde pública, os aspectos sociais e as novas tecnologias.

A programação reuniu palestras sobre a atuação da equipe multidisciplinar nas unidades básicas de saúde; a legislação farmacêutica; a assistência farmacêutica na farmácia comunitária; os erros por uso de medicamentos, entre outros temas.



FOTO: Rogério Bernardi



Laboratório de Controle de Qualidade de Medicamentos e Cosméticos da UCS

Laboratório da UCS analisa qualidade de medicamentos e cosméticos

As farmácias de manipulação e laboratórios farmacêuticos contam com uma nova ferramenta para garantir a qualidade dos produtos e matérias-primas. A Universidade de Caxias do Sul inaugurou, no dia 16 de outubro de 2008, o Laboratório de Controle de Qualidade de Medicamentos e Cosméticos (LCMEC), que prestará serviços para as empresas do setor farmacêutico.

Localizado na Sala 314 do Bloco S, da Cidade Universitária, em Caxias do Sul (RS), o Laboratório conta com uma área de 109 m², dividida em salas de análises, de controle físico-químico, de microbiológico, sala de lavagem e esterilização, almoxarifado e administrativo. Uma responsável técnica, uma auxiliar e um coordenador

farão análises de medicamentos, cosméticos, matéria-prima, fitoterápicos, insumos e bases galênicas (cremes, géis, loções, xampus).

De acordo com a Coordenadora do Laboratório, professora Kellen Cristhina Borges de Souza, o LCMEC vinha sendo idealizado, desde 2004. Foi projetado para realizar análises com excelência e atender as boas práticas de laboratório (ISO 17025). “Pensamos em um laboratório para a prestação de serviços e para o ensino”, afirma. Desde 2007, a estrutura do laboratório vem sendo utilizado por duas disciplinas de Controle de Qualidade do curso de Farmácia.

Atualmente, o Laboratório encontra-se em processo de certificação, para atender as farmácias

filiações à Associação Nacional das Farmácias Magistrais (Anfarmag), estando em sincronia com as exigências da Resolução da Diretoria Colegiada 67/07 (RDC 67/07), que normatiza a manipulação de medicamentos e fármacos.

“O LCMEC está estruturado para realizar todos os ensaios exigidos por esta Resolução, a fim de auxiliar as farmácias na busca pela qualidade de seus produtos”, garante a farmacêutica responsável, Renata Cristine Tolotti.

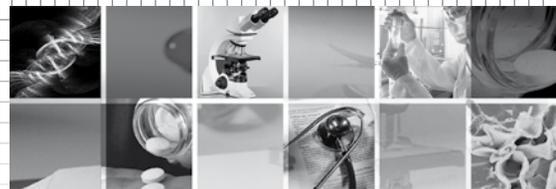
Os equipamentos são calibrados por empresas certificadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), garantindo precisão e exatidão das análises físico-químicas e microbiológicas. Destaque pode ser dado à aquisição do Cromatógrafo Líquido de Alta Eficiência, com detector de arranjo de diodos (CLAE-DAD), que permite a análise de medicamentos complexos e atende aos mais rigorosos compêndios internacionais, incluindo a Farmacopéia Americana.

A IDEALIZADORA - A Coordenadora do Laboratório de Controle de Qualidade de Medicamentos e Cosméticos (LCMEC), professora Kellen Cristhina Borges de Souza, 36 anos, é graduada em Farmácia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), desde 1994.

Atua como docente da Universidade de Caxias do Sul, desde 2002, ano em que concluiu o doutorado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, leciona as disciplinas de Controle de Qualidade de Medicamentos e Cosméticos e Farmacognosia.

Fonte: Assessoria de Imprensa da UCS, com o apoio do jornalista Claiton Stumpf (imprensa@ucs.br).

VÁRIAS



Farmácia-escola oferece descontos



A Farmácia-escola da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) está participando de projeto do Ministério da Saúde, denominado Programa de Extensão da Farmácia Popular. Pela iniciativa, o estabelecimento oferece à população medicamentos anticoncepcionais, para hipertensão e diabetes, entre outros, com até 90% de desconto.

Esse projeto busca ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. Para adquiri-los, é preciso apresentar receita médica e CPF. Informações complementares pelos telefones (51) 3384-2257 ou (51) 3320-3500, ramal 8312.

ERRO

Esta revista errou, ao não incluir, na página sete do número 66 da revista PHARMACIA BRASILEIRA, na matéria intitulada "Referências para a qualidade" (*Ensino farmacêutico*), o nome e a foto da professora Zilamar Costa Fernandes entre os integrantes do Grupo de Trabalho de Ensino Farmacêutico, constituído pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), para estudar e propor um documento contendo referências para facilitar a adaptação dos cursos de Farmácias às reformas preconizadas pelas Diretrizes Curriculares, instituídas pelo Ministério da Educação, em 2002.

O Grupo elaborou o trabalho intitulado "Modelo referencial de ensino para uma formação farmacêutica com qualidade", que será publicado sob a forma de livro. A farmacêutica Zilamar Costa Fernandes é professora aposentada de Homeopatia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e proprietária de farmácia homeopática, em Porto Alegre. Integra a Comissão Inter-setorial de Recursos Humanos do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. É um dos mais expressivos quadros do CFF no assunto ensino farmacêutico.



Professora Zilamar Costa Fernandes

NER

BOIRON®

21 de NOVEMBRO DIA DA HOMEOPATIA

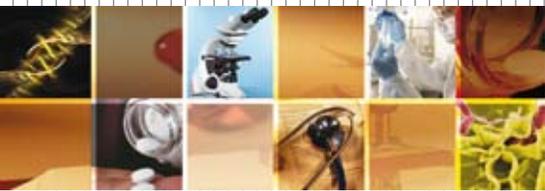
Felicitemos todos os Homeopatas brasileiros

Equipe Boiron Brasil

www.boiron.com.br

Cadastre-se





Brasil pode sediar Congresso Internacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

Fortaleza (CE) é a candidata brasileira para sediar a vigésima edição do Congresso da Sociedade Italo-Latinoamericana de Etnomedicina (Silae), em 2011. O evento sobre alimentos e plantas medicinais é realizado, anualmente, sendo que, em anos ímpares, em países da América Latina, e, em anos pares, na Itália.

A Sociedade Italo-latinoamericana de Etnomedicina, presidida por Wagner Vilegas, professor do Instituto de Química da Unesp/Araraquara, promove, na Itália e países latinos, a investigação, estudo, desenvolvimento, educação, formação e difusão e utilização de produtos alimentares e plantas medicinais em suas diversas aplicações. O evento conta com a participação de representantes de



Ely Eduardo Saranz Camargo, Conselheiro Federal de Farmácia por São Paulo, com Wagner Vilegas, professor do Instituto de Química da Unesp/Araraquara e atual Presidente da Sociedade Italo-latinoamericana de Etnomedicina (Silae): luta para que Brasil seja sede do Congresso Internacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

todos os países latinos e Itália

O Conselheiro Federal de Farmácia pelo Estado de São Paulo, Ely Eduardo Saranz Camargo, responsável por candidatar o Brasil a sediar o evento, explica que o Conselho Federal de Farmácia (CFF)



prepara um documentário sobre o Estado do Ceará no qual será mostrado o revolucionário projeto Farmácias Vivas, do professor Francisco de Abreu Matos. O filme será apresentado, em 2009, na 14ª edição, que será realizada, em Cuba. Em 2010, o evento terá como sede a Itália.

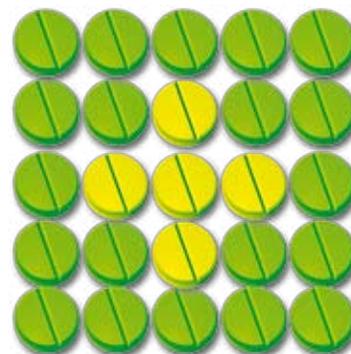
Para receber o evento, Fortaleza (CE) concorre com a cidade de Caracas, capital da Venezuela. "Mas os organizadores do evento reconheceram que o Brasil vive uma revolução na área de plantas medicinais e se entusiasmaram com a distribuição de fitoterápicos na rede pública", disse Ely Eduardo Saranz.

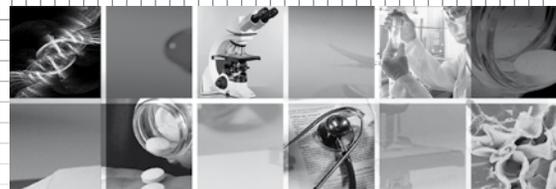
A crise financeira mundial e o aumento do dólar para a indústria farmacêutica nacional

Para um setor que importa mais de 80% dos insumos que utiliza e ainda por cima tem a maior parte de seus preços controlados pelo Governo, o cenário econômico atual, com a alta do dólar em decorrência da crise que se abateu sobre a economia americana e repercute mundialmente, é motivo de grande apreensão. "Ao lon-

go do último ano, a indústria farmacêutica foi obrigada a absorver aumentos destes insumos, em dólar, impostos pelos seus produtores, especialmente indianos e chineses", explica o Diretor-presidente da Alanac, Carlos Alexandre Geyer.

"Estes foram suportados, devido à valorização do Real,





que ocorreu, no período, e que amenizou seu impacto no custo de produção dos medicamentos fabricados, no Brasil”, continuou Geyer. Ele ressalta que, como a indústria farmacêutica é a única que tem preços controlados na cadeia produtiva do medicamento, fica inteiramente a mercê das circunstâncias econômicas do momento.

“Isto, aliado à incompreensível e absurda carga tributária suportada pelo medicamento produzido e comercializado, no País – seguramente, a mais alta do mundo - configura um quadro perverso, tanto para o desenvolvimento da indústria nacional, quanto para o consumidor”, conclui.

Obviamente, para os setores exportadores, o reflexo da alta do dólar pode ser positivo em curto prazo, embora, em razão da crise econômica mundial, possa ocorrer alguma retração na demanda dos produtos brasileiros, principalmente, *commodities*, se grandes consumidores como a China refrearem seu ritmo de crescimento.

O balanço de pagamentos, com déficit previsto para o corrente ano superior a trinta bilhões de dólares, também, pode se beneficiar, caso as multinacionais diminuam as transferências de lucros e dividendos para suas matrizes, em função do aumento do seu custo em reais. Este item, sozinho, representou mais de 22 bilhões de dólares, no período de janeiro a julho deste ano.

Apenas no mês de setembro, a desvalorização do Real frente ao dólar já ultrapassou a 14%. Isto aliado ao aumento da taxa Selic que vem sendo promovido pelo Governo com intuito de conter o aumento da inflação verificado, nos últimos meses, traz repercussões negativas para o setor industrial, especialmente o

farmacêutico, por ter seus preços controlados.

“Acredito que, em futuro próximo, o Governo precisará rever a sua política de regulação, que deveria ser econômica, porém acaba restrita apenas ao controle de preços dos medicamentos, e a carga tributária incidente sobre estes que, como já dissemos, é absurdamente elevada para a essencialidade do produto”, opina Geyer.

“O momento impõe que tanto

o Governo quanto os representantes da cadeia produtiva farmacêutica, trabalhem juntos, visando a ampliar, cada vez mais, o acesso aos medicamentos pela população, e impedindo a asfixia da indústria farmacêutica nacional, especialmente num cenário econômico como o atual”, concluiu o Diretor-presidente da Alanac.

Fonte: Alanac (www.alanac.org.br)

Coquetel anti-Aids ganha novo medicamento

- Ministério da Saúde autoriza o SUS a distribuir o Raltegravir, anti-retroviral para quem desenvolveu multirresistência aos tratamentos comuns.



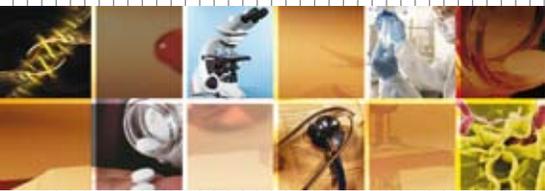
O Ministério da Saúde incluirá o medicamento Raltegravir na lista de anti-retrovirais fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento da Aids. A decisão da Comissão de Incorporação de Tecnologias (Citec) já foi ratificada pelo Ministro José Gomes Temporão.

Em meados de setembro, o Comitê Assessor de Terapia Anti-retroviral de Adultos, ligado ao Programa Nacional de DST e Aids,

já havia avaliado e recomendado a inclusão do medicamento. A partir de agora, iniciam-se as negociações com o laboratório Merck Sharp & Dohme para a aquisição dos comprimidos importados. A expectativa é que o Raltegravir esteja disponível para os pacientes que vivem com Aids, já no início de 2009.

O Raltegravir faz parte de uma nova classe de agentes anti-retrovirais, chamada de inibidores de integrase. Ele impede a inserção do DNA viral do HIV no DNA humano. Trata-se de um novo mecanismo, que reduz a capacidade do vírus da Aids de se replicar e infectar novas células.

“Essa é uma alternativa para melhorar a qualidade de vida de quem já não responde ao tratamento disponível”, afirma o Diretor-adjunto do Programa Nacional de DST e Aids, Eduardo Barbosa.



Os beneficiados serão os que já desenvolveram multirresistência a outros remédios e, por isso, estão em falência imunológica. Até o fim de 2009, mil pacientes devem ter a droga no tratamento. A prescrição será feita a cada pessoa por seu próprio médico.

TERAPIA ANTI-RETROVIRAL – Desde 1996, com a publicação da Lei 9.313, o tratamento da Aids é assegurado, gratuitamente, no Sistema Único de Saúde (SUS), a qualquer cidadão com Aids. Atualmente, 185 mil pessoas recebem o tratamento. O Brasil fornece 17 drogas – dez importadas, de nove companhias farmacêuticas, e sete nacionais, produzidas por uma in-

dústria privada e seis laboratórios públicos. O Raltegravir será a décima oitava. Entre 1997 e 2007, foram investidos mais de R\$ 6 bilhões na aquisição de anti-retrovirais.

Para 2008, a previsão é de pouco mais de R\$ 1 bilhão. O coquetel anti-Aids, como é popularmente conhecida a terapia, é responsável pela melhoria da qualidade de vida dos pacientes de Aids. Considerando a média de internações por paciente/ano, em 1996 (1,65 internação/ano), seria esperado um total de aproximadamente 1,6 milhão de internações relacionadas ao HIV e à Aids, no SUS, entre 1997 e 2007, se não houvesse tratamento.

Porém, nesse período, foram registradas 293.074 internações – redução de 82% em relação às expectativas anteriores. Com acesso à Terapia Anti-retroviral (TARV), estima-se que mais de 1,3 milhão de internações foram evitadas.

MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDOS NO SUS – *Nacionais:* Zidovudina (AZT), Lamivudina (3TC), AZT+3TC, Estavudina, Indinavir, Nevirapina e Saquinavir. *Importados:* Abacavir, Atazanavir, Darunavir, Didanosina, Efavirenz (em produção nacional, a partir de 2009), Enfuvirtida, Fosamprenavir, Lopinavir/Ritonavir, Ritonavir e Tenofovir.

Brasil irá produzir o Efavirenz

■ Ministério pede registro do antiretroviral à Anvisa. Após aprovação, Fiocruz inicia produção do medicamento para benefício a 80 mil pacientes, no País.

O Ministério da Saúde, por meio do Laboratório Farmanguinhos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), deu início ao processo de registro do antiretroviral Efavirenz na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Para o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, esta é a fase final para que o Brasil diminua a dependência na aquisição de medicamentos, no mercado internacional, e dê mais um passo para o desenvolvimento da indústria nacional e reduza significativamente os custos do Estado na garantia de tratamento do Programa DST/AIDS do Ministério da Saúde. Dos 200 mil pacientes do programa, 80 mil utilizam o Efavirenz.

Este avanço do Brasil no tratamento contra o HIV é considerado um marco histórico e foi anuncia-

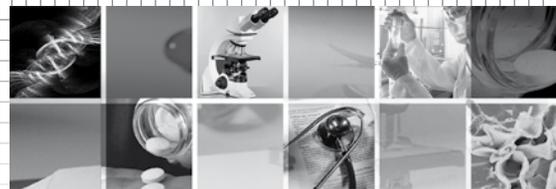
do na manhã do dia 17 de setembro de 2008, pelo Ministro Temporão. Segundo ele, a decisão do Governo Federal foi de desenvolver a formulação do medicamento e incentivar a produção do seu princípio ativo. Para isso, Farmanguinhos e o Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco (Lafepe) estabeleceram parceria com as empresas privadas Globequímica (SP), Cristália (SP) e Nortec (RJ), que formaram um consórcio.

Conforme a parceria, os laboratórios públicos (Farmanguinhos e Lafepe) ficam responsáveis pelo desenvolvimento da tecnologia e produção final do medicamento. Aos privados, cabe a fabricação da matéria-prima (princípio ativo). “Essa grande conquista foi fruto de uma parceria público-privada, que conseguiu formular o genérico



brasileiro do Efavirenz”, destacou Temporão. De acordo com o Ministro, a expectativa é que a produção do medicamento, no Brasil, tenha um custo aproximado ao do genérico indiano, atualmente adquirido pelo Ministério da Saúde (US\$ 0,45).

O Efavirenz é um dos medicamentos que compõem o coquetel para o tratamento dos portadores do HIV, constituído por outros 17 medicamentos. A fase de testes de bioequivalência – uma garantia de que o medicamento terá a mesma



ação do produto de marca – já foi finalizada, quando se analisou os efeitos do medicamento sobre um grupo de pacientes.

Depois da análise e registro da Anvisa, a produção será imediatamente iniciada, no Brasil, o que levará à autonomia nacional no fornecimento do medicamento. Metade da produção será feita em Farmanguinhos e a outra metade, no Laboratório Farmacêutico de Pernambuco (Lafepe), ambos laboratórios públicos. Com isso, cumpre-se parte da estratégia do complexo industrial da saúde: romper com a dependência estrangeira e incentivar a produção nacional.

LICENCIAMENTO – O licenciamento compulsório do Efavirenz foi decretado, em maio de 2007, após sucessivas negociações com a empresa detentora da patente, a Merck Sharp & Dohme. Porém, o Ministério da Saúde não conseguiu uma redução satisfatória do preço.

Foi feita, então, uma proposta para que a Merck praticasse o mesmo preço pago pela Tailândia (US\$ 0,65) para cada comprimido de 600 mg, enquanto o Brasil pagava a mesma empresa o valor de US\$ 1,59. A equiparação não foi aceita pela empresa, que propôs uma redução de apenas 2%. A contraproposta foi considerada inaceitável pelo Ministério.

Após licenciamento compulsório do Efavirenz, o Ministério da Saúde passou a importar, por meio de organismos internacionais (Unicef e Opas), os medicamentos genéricos da Índia, o que provocou um impacto imediato de US\$ 30 milhões de economia para o País, somente em 2007. Paralelamente, foi iniciado o desenvolvimento do Efavirenz nacional.

O licenciamento é uma autorização outorgada pelo Estado para

que terceiros possam explorar a patente sem o consentimento do titular. No Brasil, o licenciamento compulsório pode ser implementado por circunstâncias previstas na Lei de Propriedade Industrial

Brasileira, tais como o exercício abusivo dos direitos, abuso do poder econômico, não exploração local, comercialização insatisfatória, emergência nacional e interesse público.

Brasil ganha seqüenciador de DNA de alto desempenho

- Equipamento foi adquirido pelo Ministério da Saúde, um investimento de R\$ 2,1 milhões, e permitirá avanços na pesquisa de câncer e outras doenças



O primeiro aparelho seqüenciador de genoma de alto desempenho foi instalado, no Brasil, no dia 19 de setembro de 2008, em Petrópolis (RJ), no Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC). O equipamento *Genome Sequencer FLX Instrument* foi adquirido pelo Ministério da Saúde e representa um investimento de R\$ 2,1 milhões no desenvolvimento da ciência e tecnologia do País.

“É um momento muito importante para a ciência e para a medicina brasileira. Para todo o contexto da saúde pública brasileira, esse será um grande salto”, afirmou o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, durante a solenidade de inauguração da Unidade de Genômica do LNCC.

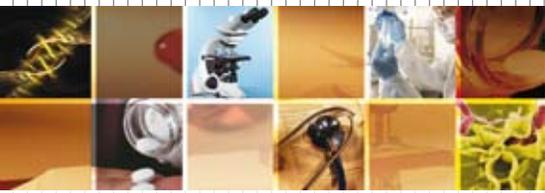
Genoma é toda a informação hereditária de um organismo que está codificada no DNA. Com capacidade de gerar seqüências de genomas em grande escala e com

alta precisão, o *Genome Sequencer FLX Instrument* permitirá seqüenciar até 500 milhões de pares de bases de DNA em aproximadamente dez horas.

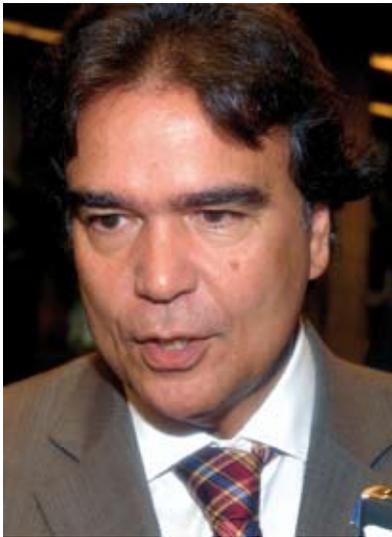
Com isso, será possível conhecer as informações genéticas do objeto estudado, ou ainda analisar mutações de DNA. Conseqüência disso serão avanços na pesquisa de câncer e outras doenças, como também nos estudos da biodiversidade (que poderão resultar em propostas de preservação ambiental).

O Ministro Temporão lembrou que o Inca (Instituto Nacional de Câncer) possui uma rede de atenção ao câncer, a segunda causa de morte, no Brasil. A Unidade de Genômica será uma plataforma de pesquisas para o Instituto e para o Instituto Ludwig de Pesquisa Contra o Câncer, de São Paulo.

O *Genome Sequencer* terá a função de desenvolver projetos de



VÁRIAS



Ministro da Saúde, José Gomes Temporão: "Para todo o contexto da saúde pública brasileira, esse será um grande salto"

pesquisa nos campos da Genômica (ramo da Bioquímica que estuda o genoma completo de um organismo) e da Proteômica (ciência que estuda o conjunto de proteínas contidas em uma célula).

UNIDADE GENÔMICA – O equipamento será instalado na Unidade de Genômica Computacional do Laboratório Nacional de Computação Científica, que foi batizada "Darcy Fontoura de Almeida", uma homenagem ao renomado geneticista que foi professor da Universidade Federal do Rio Janeiro

ro (UFRJ), criador do Laboratório de Fisiologia Celular do LNCC e dedicou-se ao estudo do controle genético da divisão celular em bactérias. As obras de instalação da unidade custaram R\$ 400 mil ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

"O Laboratório Nacional de Computação Científica assume uma grande responsabilidade ao abrigar o seqüenciador, mas com sua história e competência, em parceria com o Ministério da Saúde, prestará grandes e relevantes serviços à população brasileira", disse o Ministro Temporão.

O Brasil possui uma história de prestígio em pesquisas genéticas, especialmente em áreas como genética humana e microorganismos. No setor de Genômica, o País também tem contribuído, de forma significativa, como, por exemplo, na implementação da Rede Genoma Brasileiro e de unidades regionais.

GANHOS – A saúde será a primeira área a obter ganhos com a descoberta de novos genes ou o estudo do comportamento daqueles já reconhecidos. As pesquisas vão facilitar o entendimento da predisposição de um indivíduo a determinadas doenças ou auxiliarão na descoberta de um trata-

mento mais eficaz para enfermidades. Nesse sentido, o Instituto Nacional do Câncer será um dos grandes beneficiários do *Genome Sequencer FLX Instrument*.

Dentre outras funções do seqüenciador, está a viabilização de estudos com microorganismos que participam da biodegradação de poluentes. Essas pesquisas poderão contribuir, por exemplo, com redução da poluição.

LNCC – O Laboratório Nacional de Computação Científica é uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. Criado em 1980, o LNCC é uma referência nacional em Computação Científica, desenvolvendo atividades nas áreas de computação de alto desempenho e de modelagem computacional nas ciências e engenharias.

O laboratório foi escolhido para receber a Unidade de Genômica Computacional por sua comprovada experiência no setor e pelo papel de liderança neste segmento. O fato de o LNCC também abrigar o Centro Nacional de Alto Desempenho, facilitará o processamento direto de dados por computadores de alto desempenho, instalados no mesmo local onde as pesquisas serão desenvolvidas.



Instituto Hahnemanniano do Brasil
PÓS-GRADUAÇÃO Lato Sensu
HOMEOPATIA

Fundado em 1859

Objetivos Gerais
Habilitar o farmacêutico no desenvolvimento de atividades técnicas e gerenciais de Farmácia Homeopática

Conteúdo Programático
* Filosofia Homeopática;
* Introdução à Matéria Médica Homeopática;
* Farmácia Homeopática;
* Farmacotécnica Homeopática I e II;
* Ética e legislação Farmacêutica;
* Controle de Qualidade;
* Gestão da Qualidade;
* Aspectos da legislação;
* Plantas medicinais;
* Metodologia da pesquisa;
* Estágio Supervisionado;
* TCC;

Publico-alvo:
Graduados em Farmácia

SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO:
Desde sua fundação em 1859, o IHB tem sido pioneiro no ensino e na pesquisa da Homeopatia no Brasil.

Os cursos de pós-graduação são um diferencial para o profissional na conquista de posições de destaque, como também possibilitam notável expansão na rede de relacionamentos profissionais.

A pós-graduação lato sensu do Instituto Hahnemanniano Brasil oferece cursos nas áreas de Medicina, Farmácia e Medicina Veterinária, ministrados por especialistas, mestres e doutores com domínio acadêmico e vasta experiência profissional na especialidade homeopática.

O programa conta com um ensino de excelência e objetiva especializar profissionais em homeopatia, incentivando-os à pesquisa e à atuação acadêmico-científica permanente. O conteúdo programático é voltado para o desenvolvimento e aplicação de competências exigidas pelas normas das Instituições. Os cursos são oficialmente reconhecidos e já formaram milhares de alunos.

Desenvolva-se profissionalmente e tenha seu currículo valorizado por um mercado de trabalho cada vez mais exigente.



DIRETORA DE ENSINO
Profa. Dra. Ana Teresá Doria Dreux

COORDENADORA
Carmen Afonso MSc - Farmacêutica e Mestre pela Universidade Federal Fluminense

O curso tem duração de 2 anos com total de 486 horas de carga horária. Conta ainda com estágio supervisionado na farmácia-escola do IHB.

INSTITUTO HAHNEMANNIANO DO BRASIL
Rua Frei Caneca, 94 - Centro - Rio de Janeiro
(21) 2224-5553
fax: (21) 2221-1831 - ramal: 210

Farmácia - Escola
(21) 2215-8482

Armazenário - Escola
(21) 2252-9510

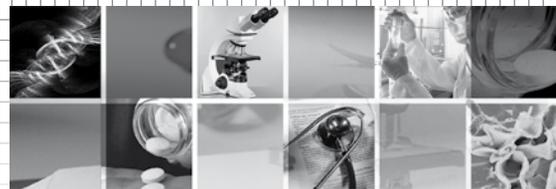
Estacionamento gratuito com segurança

contato@ihb.org.br
www.ihb.org.br

www.ihb.org.br

Farmácia
Estabelecimento

Para mais informações entre em contato conosco.



Trabalho aponta potencial cancerígeno em agrotóxicos utilizados na fruticultura

Nas últimas duas décadas, a região do sub-médio São Francisco, que abrange áreas da Bahia e de Pernambuco, vêm se destacando como importantes pólos fruticultores do País. No entanto, o desenvolvimento econômico veio atrelado à adoção de modelos tecnológicos que utilizam grande quantidade e variedade de agrotóxicos. Um estudo feito pela Fiocruz Pernambuco investigou o potencial de desenvolvimento de tumores malignos (carcinogênicos), a partir do uso dos agrotóxicos empregados na fruticultura da região e concluiu que os trabalhadores rurais envolvidos na atividade estão expostos a riscos inaceitáveis de intoxicação.

Segundo o estudo, desenvolvido pela biomédica Cheila Bedor, como trabalho de conclusão do doutorado em saúde pública da Fiocruz Pernambuco, dos 43 ingredientes ativos pesquisados, presentes nos agrotóxicos usados, na região, 35 deles (81%) foram classificados como potencialmente carcinogênicos, três (7%) apresentaram potencial pré-carcinogênico (espécIESF que podem se transformar em substâncias cancerígenas) e cinco (12%) não foram passíveis de classificação.

“Estes resultados demonstram o quanto a população, principalmente a rural, de uma região tão próspera economicamente pelas atividades agrícolas, está exposta aos riscos causados pelos agrotóxicos”, afirma a pesquisadora.

Para avaliar o potencial carcinogênico das substâncias, Cheila utilizou uma ferramenta de baixo custo e de resultado rápido, desenvolvida pelos químicos Antônio Carlos Pavao e Marcelo Brito Carneiro Leão,

FOTO: Lara Reinos



Os agricultores estão expostos a altos níveis de intoxicação

das Universidades Federal e Federal Rural de Pernambuco, respectivamente.

A técnica é baseada no método químico-quântico computacional, que possibilita identificar o potencial carcinogênico da substância. Isto se dá, por meio do uso de um *software* que permite verificar a possibilidade de o DNA humano (ao entrar em contato com a substância química) sofrer alteração, vindo a desenvolver células cancerígenas.

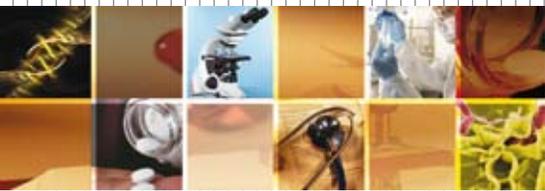
Para a pesquisadora do Departamento de Saúde Coletiva da Fiocruz Pernambuco e orientadora do trabalho, Lia Giraldo, a vantagem da técnica está no fato de poder prever o potencial carcinogênico de uma substância, sem precisar submeter o ser humano ou animais de experimentação a agentes tóxicos para verificar seu dano à saúde, sendo, assim, muito útil à vigilância à saúde.

Além da análise do potencial carcinogênico dos agrotóxicos, fez-se um estudo descritivo da avaliação do processo produtivo, ocupacional e ambiental da região. Para isso, fo-

ram entrevistados 283 agricultores do Vale do São Francisco, com idades variando entre 15 e 79 anos. A maioria (83%) é do sexo masculino e possui escolaridade baixa - 12% são analfabetos e 64% têm o ensino fundamental incompleto. “O que os leva a uma vulnerabilidade maior, para as situações de risco, pelo fato de implicar na dificuldade de leitura dos rótulos dos agrotóxicos”, explica Cheila Bedor.

Para a pesquisadora, os registros de agrotóxicos, no Brasil, devem ser revistos, devido à quantidade de substâncias carcinogênicas e/ou mutagênicas (substâncias químicas capazes de provocar mutações) que são utilizadas, no País. “Embora a Portaria nº 84/96, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no seu capítulo sexto, preveja o banimento desse tipo de produto em situações de risco que não sejam passíveis de prevenção ou remediação, isso não vem acontecendo, na prática”, comenta.

Fonte: Fiocruz (www.fiocruz.br).
Pela jornalista Rita Vasconcelos



Uso de Metadoxil® para evitar a detecção de álcool pelo bafômetro

Recentes matérias jornalísticas publicadas, no Brasil, fazem menção ao uso do medicamento Metadoxil® por pessoas alcoolizadas, para reduzir os efeitos do álcool e evitar a sua detecção pelo bafômetro. O Metadoxil® é produzido e comercializado por Laboratórios Baldacci S.A., na forma de comprimido de 500 mg de pidolato de piridoxina, também, conhecido como metadoxina, para administração oral. Cada comprimido contém cerca de 280 mg de piridoxina (vitamina B6).

Segundo a bula do produto Metadoxil®, “o pidolato de piridoxina está indicado para o tratamento de alterações hepáticas, decorrentes da intoxicação alcoólica aguda e crônica, em particular fígado gorduroso e hepatite alcoólica. Também, é apropriada para completar protocolos terapêuticos referentes ao ‘desmame’ inicial e à manutenção da abstinência de indivíduos alcoólicos” (sic)¹.

Em levantamento bibliográfico, foram encontrados apenas dois estudos sobre o tratamento de alcoolismo agudo com pidolato de piridoxina intravenoso.^{2,3} Ambos os estudos parecem demonstrar que este composto acelera o processo de eliminação

de álcool pelo organismo. Contudo, além de limitações metodológicas observadas, as doses e a via de administração empregadas são diferentes daquelas que constam da bula do produto.

Doses elevadas de piridoxina podem estar relacionadas à ocorrência de neuropatia sensorial periférica (Ex.: formigamento nos dedos e entorpecimento)⁴. Segundo o *British National Formulary* (BNF)⁵, “não foi estabelecida a segurança da suplementação de piridoxina com doses diárias acima de 10 mg, por longo prazo. O uso prolongado de uma dose diária de piridoxina, a partir de 200 mg, está associado à ocorrência de neuropatia”. Uma pessoa que tomar um comprimido de 500 mg de pidolato de piridoxina estará tomando mais de 200 mg de piridoxina.

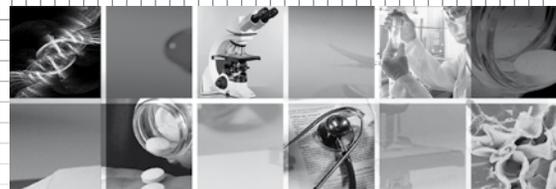
Até o momento, não foi encontrada informação de que o pidolato de piridoxina, por via oral, seja seguro e eficaz para reduzir os efeitos do uso agudo de álcool. Também, não foi possível o acesso a dados dos estudos clínicos que subsidiaram o registro do Metadoxil®, no Brasil, junto ao fabricante ou à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Considerando as informa-

ções disponíveis, não recomendamos o uso de pidolato de piridoxina em alcoolismo agudo. O uso impróprio do Metadoxil® pode aumentar o risco de ocorrência de efeitos adversos ao mesmo, intoxicações alcoólicas e acidentes automobilísticos.

Referências bibliográficas:

1. Bula do medicamento Metadoxil® (pidolato de piridoxina). Laboratórios Baldacci S.A.
2. Martínez MCLR D, Martínez AD, Salcedo VV, Fuentes CC. Efficacy of Metadoxine in the Management of Acute Alcohol Intoxication. *The Journal of International Medical Research* 2002 Jan-Feb; 30(1): 44-51.
3. Shpilenya LS, Muzychenko AP, Gasbarrini G, Addolorato G. Metadoxine in acute alcohol intoxication: a double-blind, randomized, placebo-controlled study. *Alcoholism Clinical and Experimental Research* 2002 Mar; 26(3): 340-6.
4. Aronson JK (editor). *Meyler's Side Effects of Drugs: The International Encyclopedia of Adverse Drug Reactions and Interactions*. Fifteenth edition. Volume 5. Amsterdam: Elsevier; 2006.
5. Mehta DK, (ed.). *British National Formulary: BNF*. 51th ed. London: BMJ Publishing Group, RPS Publishing; 2006.



CFF e CRF/CE realizam oficina de assistência farmacêutica

farmacêutica de Janaúba, nesta edição da PHARMACIA BRASILEIRA); a organização da assistência farmacêutica, no Ceará, e a proposta de atuação do profissional farmacêutico nos NASFs; e as experiências exitosas em assistência farmacêutica no SUS, no Ceará.

De acordo com o Conselho Federal pelo Paraná e integrante da Comissão de Saúde Pública do CFF, Valmir de Santi, o objetivo da Oficina é trocar experiências sobre assistência farmacêutica. “Queremos construir, com os profissionais locais, uma assistência farmacêutica para todos, e que sejam consideradas as particularidades da região”, afirmou.



A Presidente do CRF-CE, Marize Girão, informa que os resultados esperados da Oficina serão a produção de um diagnóstico da assistência, no Ceará, e a elaboração da proposta de sua organização, no SUS, para as cidades cearenses.

Para a Presidente do CRF/CE, Marize Girão dos Santos, os resultados esperados são a realização de um diagnóstico situacional da assistência farmacêutica, no Estado do Ceará, e a elaboração da proposta de organização da assistência, no SUS, para as cidades cearenses.

O evento conta com o apoio da Secretaria Estadual de Saúde do Ceará e Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Sobral. As inscrições e informações encontram-se no site www.crfce.org.br.

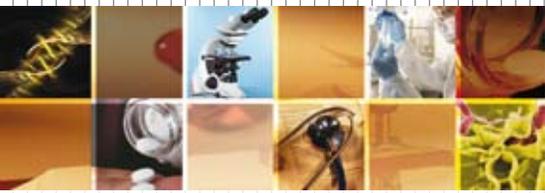


A Comissão de Saúde Pública do Conselho Federal de Farmácia (CFF) e o Conselho Regional de Farmácia do Ceará (CRF/CE) realizam, de 12 a 14 de novembro, na cidade de Sobral (CE), a **II Oficina Regional de Assistência Farmacêutica - Construindo o Perfil da Assistência Farmacêutica no SUS**.

Serão abordados temas, como “Os desafios do farmacêutico na assistência farmacêutica na atenção básica do SUS”; “a implementação dos NASFs, no Brasil – o estado da arte”; “a experiência da atuação farmacêutica, no Município de Janaúba MG (*Nota da Redação: ver matéria completa sobre a experiência*



Conselheiro Federal pelo Paraná e integrante da Comissão de Saúde Pública do CFF, Valmir de Santi: “Queremos construir uma assistência farmacêutica para todos, e que sejam consideradas as particularidades da região”.



Farmacêutico, participe da revisão da Rename

O Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF), abriu a possibilidade de os farmacêuticos de todo o Brasil contribuírem no processo de revisão da Rename (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais). Os integrantes da Comissão de Saúde Pública do Conselho Federal de Farmácia (CFF) consideram importante este momento. “Os farmacêuticos que trabalham na assistência vivenciam os problemas, a exemplo da falta de um medicamento, na Rename, conhecem as dificuldades regionais relacionadas aos produtos e podem se pronunciar”.

A Comissão lembra que os medicamentos selecionados devem ser aqueles com eficácia e segurança comprovadas, ao melhor custo possível, pois são imprescindíveis para o tratamento das doenças prevalentes na população-alvo, no âmbito municipal, microrregional, estadual ou nacional.

Para participar, solicitando inclusão ou exclusão de medicamentos na Rename, o farmacêutico deve preencher formulário disponibilizado no site http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area_cfm?id_area=1337

Ulisses Tuma é eleito Executivo da IFCC

■ Farmacêutico brasileiro é o novo Executivo da Federação Internacional de Química Clínica e Laboratório de Medicina (IFCC). Para chegar ao cargo, ele venceu concorrentes de vários países, com 41 dos 60 votos válidos.



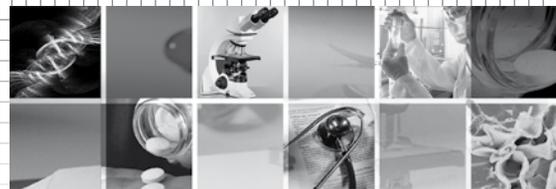
Farmacêutico-bioquímico Ulisses Tuma

Sete mil pessoas participaram do **20º Congresso Internacional de Química Clínica e Medicina Laboratorial** (Worldlab - IFCC), realizado, de 28 de setembro a 02 de outubro, no Centro de Convenções Ceará, em Fortaleza (CE). Durante o evento, o farmacêutico brasileiro Ulisses Tuma elegeu-se para o cargo de Executivo da Federação Internacional de Química Clínica e Laboratório de Medicina (IFCC) e foi reconduzido à Presidência da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC). Em Fortaleza, foram realizados paralelamente o **35º Congresso Brasileiro de Análises Clínicas** (CBAC) e o **8º Congresso Brasileiro de Citologia Clínica** (CBCC).

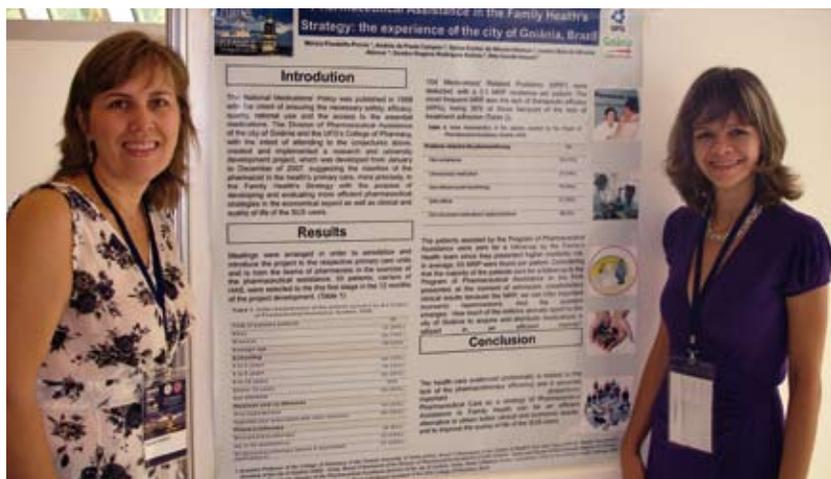
Tuma disputou o cargo da IFCC com sete candidatos de outros países e recebeu 41 votos do total de

60 votos válidos anotados por representantes de todos os continentes. “Estou feliz em continuar no mandato da SBAC e de assumir esse novo cargo na IFCC. É a primeira vez que um brasileiro tem a chance de defender projetos em benefício da América Latina”, disse.

O novo dirigente da IFCC declarou que pretende, durante os três anos de mandato, colocar em prática um antigo projeto de intercâmbio cultural entre os países onde a Federação atua. “Uma das oportunidades que devo aproveitar, em breve, é trazer ao Brasil para ministrar palestras professores e estudiosos da Europa e, assim, ampliar a troca de conhecimentos com os nossos estudantes, professores e pesquisadores”, completou.



Farmacêuticas levam experiência goiana em atenção farmacêutica a evento, na Turquia



Farmacêuticas Sylvia Escher de Oliveira Nielson e Andrea de Paula Campos, em Istambul

As farmacêuticas Sylvia Escher de Oliveira Nielson e Andrea de Paula Campos, goianas, participaram, de 4 a 7 de setembro, da *WONCA Europe Conference 2008* (Conferência Mundial de Saúde da Família), em Istambul, na Turquia, apresentando o projeto "Atenção Farmacêutica na Estratégia Saúde da Família: uma experiência de Goiânia".

De acordo com Sylvia Escher, o

projeto é fruto de parceria da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Secretaria Municipal de Saúde. O projeto nasceu com o objetivo de aproximar o farmacêutico da comunidade e mostrar que a atenção farmacêutica é muito mais que a dispensação de medicamentos.

"A participação do farmacêutico na Estratégia de Saúde da Família (ESF) garante o acompanhamento far-

macoterapêutico, pois este profissional é o elo entre o médico e o paciente. O farmacêutico orienta sobre o uso racional de medicamentos e garante, junto com a equipe multiprofissional, as formas de proporcionar uma melhor qualidade de vida para o usuário do SUS", disse Sylvia Escher.

A farmacêutica explica que o trabalho foi iniciado, em 2007, quando a Divisão de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia e a Faculdade de Farmácia da UFG elaboraram um projeto de pesquisa e de extensão universitária. A partir daí, a equipe multidisciplinar vem colocando as idéias em prática.

"O propósito é desenvolver e avaliar estratégias de assistência farmacêutica mais eficientes, nos aspectos econômicos, clínicos e na qualidade de vida dos usuários do SUS. Os resultados, além dos esperados, do ponto de vista técnico, vem proporcionando mais visibilidade ao farmacêutico" disse Sylvia Escher. Da concepção do projeto participaram as farmacêuticas Sylvia Escher, Lorena Baía e Andréa de Paula Campos; a professora Mércia Pandolfo (FF/UFG) e o médico Sandro Rogério Batista.

CFF pede, na Justiça, nulidade de Resolução do CFM

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) ingressou, na 3ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, com uma ação civil com o pedido de tutela antecipada em desfavor do Conselho Federal de Medicina (CFM). O processo, de número 2008.34.00.035483-9, entregue ao juiz Pablo Zuniga Dourado, tem como objeto a Declaração de Ilegalidade e Nulidade de Ato Irregular do CFM, no tocante à Resolução nº 1823/2007.

A Resolução nº 1823/2007 do CFM, em seu artigo 9º, determina que os médicos não aceitem exames citopatológicos realizados por outros pro-

fissionais não médicos, à exceção dos odontólogos na sua área de atuação, considerando ser tal ato exclusivo do médico, em detrimento da profissão farmacêutica.

O Consultor Jurídico do CFF, Antônio César Cavalcanti Júnior, explica que o referido ato administrativo do CFM despreza os procedimentos realizados nos laboratórios de análises clínicas sob a responsabilidade técnica, ou no qual atue o farmacêutico. "A determinação dada pelo CFM prejudica o exercício profissional do farmacêutico e dificulta o acesso da população, pois é limitante", diz.

Ele explica, ainda, que os profissionais farmacêuticos que se sentirem prejudicados podem representar os médicos nos juizados especiais, solicitando indenização por danos morais, caso ocorra o constrangimento da devolução indevida de exame clínico-laboratorial, realizado por farmacêutico, no campo da citologia. "É bom lembrar que, por lei, e com pronunciamento do STF, as análises clínicas não são atividades privativas de um único profissional, podendo ser realizadas por médicos patologistas, farmacêuticos bioquímicos e biomédicos", completa o Consultor Jurídico do CFF.